



D24AM – ECONOMIA – 24 DE ABRIL DE 2018

Sinduscon-AM realiza evento sobre materiais de instalações hidráulicas e acabamentos

Com inscrições gratuitas, o 'Docol Day' será realizado na próxima quarta-feira (25), na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

Com informações da assessoria / redacao@diarioam.com.br



Manaus – O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amazonas (Sinduscon-AM) está recebendo inscrições para o 'Docol Day'. O evento vai abordar o que há de mais atual e inovador na área de materiais de instalações hidráulicas e acabamentos.



Sinduscon-AM realiza evento sobre materiais de instalações hidráulicas e acabamentos (Foto: Divulgação)

O Docol Day será realizado na próxima quarta-feira (25), na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), na Avenida Joaquim Nabuco, Centro de Manaus, a partir das 17h30.

O evento é voltado para engenheiros, arquitetos, empresários e gestores da construção civil e estudantes. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas no link: goo.gl/GBriRx. Outras informações podem ser obtidas por meio do telefone: (92) 3622-6525.

MP da reforma trabalhista não é aprovada

A MP (Medida Provisória) que alterava pontos polêmicos da reforma trabalhista perdeu a validade ontem (23). Com isso, volta a valer o que diz o texto da reforma aprovado no ano passado. O governo analisa agora pontos que poderão ser regulamentados por decreto mas ainda não há prazo para edição do novo documento.

Relator da MP na Câmara, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) disse que o decreto deve regulamentar apenas questões relacionadas ao trabalho intermitente. Os demais pontos só poderiam ser regulamentados por lei, mas o governo não preten-

de enviar nova MP ou projeto para isso.

A MP que caducou nesta segunda-feira estabelecia, por exemplo, que trabalhadores contratados no regime intermitente -que permite à empresa convocar os trabalhadores quando necessário, remunerando-os pelas horas -teriam de pagar a diferença da contribuição ao INSS quando a renda mensal não atingisse um salário mínimo. Se não pagasse a diferença, o mês não seria contado para aposentadoria e seguro-desemprego. Também previa regras para quarentena e fim de contrato para esses trabalhadores.

Mercado reduz projeção de crescimento da economia

O mercado financeiro reduziu, pela quarta vez seguida, a projeção para o crescimento da economia este ano. De acordo com a pesquisa do BC (Banco Central), as instituições financeiras, a estimativa para a expansão do PIB (Produto Interno Bruto), desta vez, passou de 2,76% para 2,75%. Há quatro semanas, a estimativa estava em 2,89%. Para 2019, a expectativa permanece em 3% há 12 semanas seguidas. Os dados constam do Boletim Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central às segundas-feiras.

Já a estimativa para a inflação subiu, após dez semanas consecutivas de redução. A projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é que a inflação oficial do país, passou de 3,48% para 3,49%. A projeção segue abaixo do centro da meta de 4,5%, mas acima do limite infe-

rior de 3%. Para 2019, a estimativa para a inflação foi ajustada de 4,07% para 4%, abaixo do centro da meta (4,25%).

Para alcançar a meta, o BC usa como principal instrumento a Selic (taxa básica de juros), atualmente em 6,5% ao ano. Quando o Copom (Comitê de Política Monetária do BC) aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação. De acordo com a previsão do mercado financeiro, a Selic encerrará 2018 em 6,25% ao ano e subirá ao longo de 2019, encerrando o período em 8% ao ano.

Projeto cria conselho de mobilidade

Entrou em deliberação ontem, um projeto de lei na Câmara Municipal de Manaus (CMM), de autoria do Poder Executivo, que cria o Conselho de Mobilidade Urbana de Manaus (CMUM). O Conselho tem caráter consultivo, propositivo e participativo em questões relacionadas às ações de mobilidade urbana.

Conforme o líder do prefeito na CMM, Joelson Silva (PSDB), o conselho será formado por representantes da administração municipal e da sociedade civil.

Para Elias Emanuel (PSDB), com a criação do Conselho e a aprovação da operação de crédito junto à Caixa no valor de R\$ 300 milhões, será possível tratar da mobilidade em Manaus. “Boa parte do recurso será utilizado na desapropriação de imóveis e terrenos para a implantação do BRT e o alargamento de vias. É uma das partes mais caras do projeto”, afirmou.

Segundo a prefeitura, do crédito de R\$ 300 milhões, R\$ 180 milhões serão investidos em melhoria de infraestrutura urbana, micro e macro drenagem, construção e reformas de pontes e serviços de recapeamento.

BALANÇA COMERCIAL

Superávit na 3ª semana de abril fica em US\$ 1,217 bi

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,217 bilhão na terceira semana de abril, informou, nesta segunda-feira (23), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O período inclui operações realizadas entre os dias 16 e 22 deste mês.

O saldo positivo na pri-

meira semana foi fruto de US\$ 4,701 bilhões em exportações e de US\$ 3,484 bilhões em importações.

Com o resultado, a balança comercial acumula um superávit de US\$ 4,541 bilhões apenas no mês de abril. No acumulado do ano até a terceira semana deste mês, o saldo é positivo em

US\$ 18,490 bilhões.

A média diária das exportações da terceira semana chegou a US\$ 940,3 milhões, abaixo da média observada até a segunda semana (US\$ 980,2 milhões) devido à queda nas exportações de produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados.

D24AM – ECONOMIA – 24 DE ABRIL DE 2018

Reforma trabalhista muda com queda de Medida Provisória

Com a perda de validade da Medida Provisória que altera pontos da lei trabalhista, uma série de alterações nas regras muda novamente, situação que cria insegurança jurídica, dizem advogados especialistas

Da Redação com Agências Brasil e Estado / redacao@diarioam.com.br



Manaus – A Medida Provisória 808 (MP), que prevê ajustes na reforma trabalhista, perdeu a validade nesta segunda-feira, pois o Congresso estorou o prazo para transformar as modificações definitivamente em lei. Com a queda da MP, haverá uma série de alterações nas regras trabalhistas novamente, situação que cria insegurança jurídica.

A MP deixava claro que as mudanças da lei se aplicavam, na integralidade, aos contratos de trabalho vigentes. Além disso, ela tratava de polêmicas como, por exemplo, contrato intermitente, negociação coletiva, jornada 12 x 36 e atividade insalubre desenvolvida por gestantes e lactantes. Com a perda de validade da MP, voltam a valer as regras anteriores.



A não aprovação da MP acaba com a garantia de que a gorjeta não pertence aos patrões e sim aos empregados (Foto: Eraldo Lopes)

O texto definia que valores de indenização por dano moral deveriam ter como referência o teto de benefício do Regime Geral de Previdência Social (hoje em 5,6 mil). Agora, o limite deve ser o último salário contratual do empregado — até três vezes, quando a ofensa é de natureza leve e, nos casos gravíssimos, chega a 50 vezes.

Também deixa de ser obrigatória a necessidade de acordo ou convenção coletiva para a jornada 12 x 36 horas: a Lei 13.467/17 permite a prática mediante acordo individual escrito.

A reforma trabalhista não mais impede que grávidas atuem em atividade insalubre, enquanto a MP determinava o afastamento da funcionária durante toda a gestação. Outro ponto diz que quando um profissional autônomo é contratado, deixa de existir impedimento para cláusula de exclusividade. Com a perda de validade da MP, também acaba com a quarentena de 18 meses para o empregado celetista demitido retornar à mesma empresa com outro contrato, na modalidade intermitente.

A não aprovação da medida também acaba com a garantia de que a gorjeta não pertence aos patrões e sim aos empregados.

Insegurança jurídica

Para a advogada trabalhista Márcia Brandão Leite, a partir de agora as pessoas que ingressaram com ações trabalhistas no período de vigência da MP, devem ter suas questões decididas caso a caso. Ainda segundo a especialista, isso gera uma grande insegurança jurídica. “A questão maior é o seguinte: muitas empresas aplicaram a MP. E agora o que isso gera? Com a queda da medida provisória volta literalmente e integralmente a reforma trabalhista, a Lei 13 467. É uma insegurança jurídica. O que vai acontecer para as empresas que aplicaram? Vai ter que ser decidido, em havendo uma demanda, caso a caso”, avaliou.

O advogado Carlos Eduardo Dantas Costa diz que uma das principais mudanças versa sobre a aplicação das regras da reforma trabalhista nos contratos de trabalho.

“Na época da reforma trabalhista, houve uma série de posições defendendo que sua aplicação só se daria para contratos novos. Embora não houvesse necessidade, a MP previu expressamente a aplicação da reforma trabalhista para contratos vigentes. Com a queda da MP, esses questionamentos voltarão e, agora, com um argumento novo: o de que era a MP que assegurava a aplicação da reforma aos contratos vigentes”, detalha Dantas Costa.

Construção contribui com a criação de empregos formais, mas saldo ainda é insuficiente para o setor



Os mais recentes dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na última sexta-feira (20) pelo Ministério do Trabalho, mostram que, em março de 2018, a construção civil contribuiu positivamente com a criação de empregos formais no Brasil e gerou 7.728 postos. Apesar de ser um alento para o setor, o resultado ainda é bastante tímido diante da perda de mais de 1 milhão de vagas nos últimos quatro anos. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, reforça a importância do fortalecimento do setor para a recuperação econômica do País. "O Brasil só crescerá com sustentabilidade quando a construção civil voltar a ser o maior gerador de empregos", afirma. Atualmente, o setor conta com aproximadamente 2 milhões de empregados com carteira assinada.

A recuperação do emprego formal no setor da construção – o terceiro melhor resultado entre os setores econômicos pesquisados –, ainda com alternância de saldos mensais positivos com negativos, mostra, no acumulado do ano, saldos positivos disseminados por todo o País. A região Norte a única que acumula resultado negativo em todas as bases de comparação (mensal, anual e 12 meses anteriores) em março.

Até o momento, no total de 2018, a construção gerou 21.209 postos de empregos formais, o que representa um crescimento de 1% do estoque de trabalhadores do setor – resultado contrário ao observado no mesmo período de 2017, quando haviam sido eliminadas 21.149 vagas. No acumulado dos últimos doze meses, ainda se registra uma perda de 64.119 postos. Já o Brasil, pelo terceiro mês consecutivo, registrou criação de empregos formais. No ano, já são 204.064 novas vagas.

CBIC – HOJE – 23 DE ABRIL DE 2018

Tendências para uma construção sustentável serão apresentadas ao público do 90º Enic em painel da CMA/CBIC



A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) levará aos presentes no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic) as tendências da construção sustentável para 2018-2020, apresentando *cases* e promovendo discussões sobre o futuro da sustentabilidade no setor da construção civil. O evento acontecerá em maio, na capital catarinense, e a temática integrará a programação técnica da Comissão de Meio Ambiente (CMA), no primeiro painel de 17 de maio, das 14h às 16h.

O principal tópico do painel será o “Zero Emissions Building Plan - Moving to Zero Emissions Buildings”, uma discussão em torno dos chamados Edifícios de Energia Zero (ZEB’s, na sigla em inglês). Grande aliado para a sustentabilidade energética da construção civil, os ZEB’s produzem mais energia do que consomem ao longo de um ano, tendo sido incorporados à estratégia energética de diversos países pelo mundo.

Para mostrar a disseminação e o futuro dos ZEB’s no Brasil, o *case* apresentado será o Torre Residencial, projeto piloto da Certificação *GBC Brasil Zero Energy*. Este é um reconhecimento entregue pela organização não governamental (ONG) *Green Building Council Brasil* às edificações autossustentáveis que comprovarem que o consumo de energia local de sua operação anual é zerado, por uma combinação de alta eficiência energética e da geração de energia por fontes renováveis. Confirmado como palestrante está Rodrigo Basso, gerente de Novos Negócios da Montage Construtora.

O programa de trabalho da CMA no 90º Enic conta com a correalização do Senai Nacional e as inscrições para o evento podem ser feitas pelo site do Enic. <http://cbic.org.br/enic/>

CBIC – HOJE – 23 DE ABRIL DE 2018

CBIC integra missão da Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA) a Washington D.C.





A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), representada pelo presidente José Carlos Martins, o consultor/advogado Fernando Vernalha e a gestora dos projetos de infraestrutura da entidade, Denise Soares, participou nos últimos dias 19, 20 e 21 de abril, em Washington D.C., da missão da Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), durante as reuniões de primavera do Banco Mundial.

No dia 19 de abril, a delegação da CICA, liderada pelo presidente da entidade, Jorge Mas (Chile) se reuniu com a vice-presidente de Política de Operações e Serviços ao País do Banco Mundial (OPCS), Manuela Ferro; a diretora de Gestão Financeira e Aquisições, Jennifer Thomson, e o diretor de Suprimentos, Enzo De Laurentiis, para tratar dos temas Implementação da nova política de Aquisições do Banco Mundial; "Implementação de requisitos ambientais, sociais, de saúde e segurança no contexto de Contratos financiados por MDBs"; "Interesse de cláusulas para a formação profissional da força de trabalho local por empreiteiros"; "Contratos financiados pelo MDB para fortalecer os setores privados locais"; "Plataforma Source", e "Luta contra a corrupção: uso da norma ISO 37001 / inclusão no contrato de empréstimo da cláusulas declarando que o Mutuário está comprometido em respeitar totalmente as diretrizes de Integridade do Banco Mundial".

Na sequência, a equipe se reuniu no *International Finance Corporation (IFC)*, com o especialista chefe da Indústria, Pierre Pozzo di Borgo, e com John G. Graham, do Grupo Global de Transporte, onde tratou das tendências nos mercados de PPPs do ponto de vista do IFC (com foco na África e na América Latina) e dos instrumentos inovadores de financiamento.

No 20 de abril, o grupo se reuniu com o vice-presidente para temas globais e sua equipe do Banco Mundial, Hartwig Schafer, onde foram abordados os temas Análise e propostas dos organismos multilaterais para novas formas de atender às necessidades de infraestrutura e apresentação das propostas para facilitar a participação de empresas de médio porte no mercado de infraestrutura apresentadas pelo consultor Fernando Vernalha. A CBIC lidera o grupo de trabalho da CICA que trata do tema.

Também participaram da delegação da CICA, Fanny Dastugue, diretora Geral da CICA (França); Carlos Bascou, conselheiro da Câmara Chilena de Construção (Chile), Roger Fiszelson, assessor da CICA (França); Thibaut Happel, da Vinci Construction International Network Sogea Satom (França); Fernando Lago, diretor da Câmara Argentina de Construção e presidente do Grupo de Trabalho CICA PPP (Argentina); Jean-Louis Marchand, presidente da Federação Europeia da Indústria da Construção (FIEC - França); Daniel Tardy, tesoureiro da CICA e ex-presidente da CICA, FIEC, FNTP (França); Sergio Torretti, presidente da Câmara Chilena de Construção (Chile); Manuel R. Vallarino, ex-presidente da Câmara de Construção do Panamá, ex-presidente da FIIC e ex-presidente da CICA (Panamá), e Cristian VIAL Gueneau de Mussy, gerente de Assuntos Internacionais da Câmara Chilena de Construção (CChC) (Chile).

Os temas tratados durante a missão tem interface com o Projeto de Integração Nacional da entidade, e conta com o apoio do Senai Nacional.

MAIS NOTÍCIAS

Folha de S. Paulo

[Pagamento de bônus cai no limbo sem MP da reforma trabalhista](#)

Gazeta Online

[Após impasse, saiba o que está valendo na lei da reforma trabalhista](#)

Jornal do Comércio

[Copom vê como apropriado corte moderado da Selic, diz chefe do BC](#)

Exame

[Ilan: Política monetária depende de atividade econômica e inflação](#)

Gazeta do Povo

[Mercado imobiliário se reinventa, retoma lançamentos e aposta em novos conceitos](#)